

A INTERFACE CURRÍCULO E “ENSINO DE” HISTÓRIA: QUE SENTIDOS DE CURRÍCULO ESTÃO SENDO MOBILIZADOS?

Paulo Raphael Siqueira Bitencourt¹

Marcus Leonardo Bomfim Martins²

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo investigar os sentidos de Currículo que vêm sendo mobilizados nas produções acadêmicas que fazem a interface deste campo do conhecimento com o Ensino de História. Partimos do pressuposto de que o “ensino de” constitui-se como zona de fronteira e que possui uma especificidade epistemológica que permite diálogos promissores com o campo do Currículo. Dessa forma, privilegiamos a busca de produções que tenham sido apresentadas em eventos acadêmicos da área de História (ANPUH, 2011) e do Ensino de História (ENPEH, 2011) que intencionem estabelecer relações com temáticas ligadas ao Currículo. Nesse sentido, sublinhamos a importância de LOPES E MACEDO (2011) e FERREIRA, GABRIEL e MONTEIRO (2012) como referenciais teóricos principais para a observação das teorizações curriculares que têm circulado e se fixado, contingencialmente, nas produções acadêmicas em Ensino de História.

Palavras-chave: Currículo, Ensino de História, ANPUH, ENPEH.

Abstract

The aim of this paper is to investigate the different meanings of the Curriculum that have been used in the academic productions, which are the interface of this knowledge field with the History teaching. Based on this perspective that the “teaching of” consists of a border area and has an epistemological specificity, it permits promising dialogues with the Curriculum field. For this reason, we favor the search of academic productions that have been presented in History events (ANPUH, 2011) and also, in the Educational area (ENPEH, 2011) which have the goal to establish themes related to this area of Curriculum. We also highlight the importance of LOPES and MACEDO (2011) and FERREIRA, GABRIEL and MONTEIRO(2012) as theoretical references for the observation of the curriculum theorization which have been around and , at the moment, fixed in the academic productions of the History teaching.

Keywords: Curriculum, History teaching, ANPUH, ENPEH.

¹ Professor de História atuando na educação básica no Rio de Janeiro e mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE/UFRJ).

² Professor de História atuando na educação básica no Rio de Janeiro e mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE/UFRJ).

INTRODUÇÃO

A Associação Nacional de História (ANPUH) realiza bianualmente simpósios nacionais e regionais que congregam uma enorme variedade de simpósios temáticos e que vêm crescendo a cada edição. Na edição nacional de 2011, a ANPUH contou com 130 simpósios temáticos, dos quais quatro possuíam no título o termo “Ensino de História”, enquanto outros faziam menção ao campo semântico do ensino.

O Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História (ENPEH) também é realizado bianualmente, mas, diferentemente da ANPUH, é organizado em Grupos de Trabalho (GTs) e Grupos de Pesquisa (GPs) que são articulados em torno de eixos temáticos relacionados ao Ensino de História.

A proposta deste texto é buscar, nas últimas produções publicadas desses eventos acadêmicos, trabalhos que intencionem estabelecer relações entre o Ensino de História e o campo do Currículo, com o objetivo de investigar os sentidos de currículo que vêm sendo mobilizados quando se pesquisa na interface entre essas duas áreas do conhecimento. Além desse objetivo principal, a análise da empiria constituída permitirá perceber que temáticas do Ensino de História têm sido trabalhadas no diálogo com áreas do Currículo, e o lugar social³ da produção acadêmica nessa interface, pois acreditamos que é importante sumariar os locais dessa produção (se é majoritariamente na área da História ou na área da Educação).

Dividimos este texto de acordo com cada um dos eventos selecionados. Na primeira parte serão analisados os textos apresentados no XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH, 2011), realizado entre 17 e 22 de julho na Universidade de São Paulo (USP). Embora já tenha ocorrido outro evento em 2013, a proximidade com a produção deste texto impediu que este fosse privilegiado, pois não houve ainda a publicação, nos Anais do evento, dos trabalhos apresentados. Na segunda parte, as produções analisadas serão as do IX Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História (ENPEH, 2011), realizado entre 18 e 20 de abril na cidade de Florianópolis-SC. Como na ANPUH, este ano também é ano de evento, contudo, o X ENPEH será realizado apenas em outubro em Sergipe, o que justifica a escolha do evento de dois anos atrás.

Consideradas as singularidades de cada um desses eventos acadêmicos, definimos como critérios de seleção de textos para constituir a nossa empiria a presença dos termos

³ Utilizamos o conceito de lugar social do historiador Michel de Certeau (1982) para designar o lugar de onde se fala quando se produz conhecimento na área do Ensino de História. As informações sobre os autores foram obtidas em seus currículos publicados na Plataforma Lattes do CNPQ no momento de produção deste texto, não correspondendo, necessariamente, ao momento de elaboração dos textos publicados nos eventos aqui privilegiados.

“Ensino de História” e “Currículo” no título ou nas palavras-chave. Essa opção parte do pressuposto de que a inclusão desses termos nesses espaços indica a intenção de marcar um lugar de fala, o que é uma opção política. É importante sublinhar que consideramos também as palavras e/ou expressões pertencentes ao mesmo campo semântico dos termos selecionados como, por exemplo, “história escolar”, “história ensinada”, “práticas curriculares”, “diretrizes curriculares”, “parâmetros curriculares”, dentre outros.

Nos Anais eletrônicos da ANPUH – 2011, os textos estão dispostos somente por ordem alfabética de autores, o que impede de saber em qual simpósio temático o texto selecionado, de acordo com os critérios estabelecidos, foi apresentado. Além disso, nos textos não há resumos e, conseqüentemente, palavras-chave. Dessa forma, os critérios de seleção ficaram restritos ao título dos textos.

Como o ENPEH é organizado em GTs, optamos por fazer um recorte mais apurado, utilizando os critérios estipulados dentro de GTs específicos que propõem o diálogo com o campo do Currículo. Esta escolha se deu por considerarmos que se o objetivo da nossa investigação é trabalhar na interface Ensino de História e Currículo, e considerarmos que se trata de eventos da área de Ensino de História, a escolha de GTs que investem nesta relação está plenamente de acordo com os objetivos deste texto. No X ENPEH, o GT selecionado foi o GT6 – Currículo e Práticas Escolares.

Para nossa análise, consideramos válidas as contribuições das autoras FERREIRA, GABRIEL e MONTEIRO (2012). Em artigo intitulado “*Sentidos de currículo e ‘ensino de’ Biologia e História: Deslocando Fronteiras*” as autoras afirmam que existem alguns sentidos de currículo que tendem a ser hegemônicos nas pesquisas sobre o ensino de História e Biologia. O primeiro deles diz respeito à perspectiva que vê o currículo como sinônimo de conteúdos, naturalizados, não sendo objetos de investigação. Essas pesquisas tendem a:

investigar a implementação dessas propostas, assim como a adequação das escolas e dos professores às mesmas. De uma maneira geral, tais análises operam com uma visão de política verticalizada na qual as instituições de ensino estão sempre em descompasso em relação às orientações curriculares elaboradas no âmbito do Estado (FERREIRA, GABRIEL e MONTEIRO: 2012, p. 3).

A segunda concepção de currículo hegemônica nas pesquisas nas áreas de ‘ensino de’ diz respeito aquelas pesquisas que associam o currículo ao conhecimento, não problematizando o caráter histórico da produção do conhecimento que é visto de modo

essencialista. Segundo as autoras:

como resultado dessas análises, temos, por exemplo, no caso do ensino de história, aquelas que consideram a inclusão de novos conteúdos uma condição suficiente para assegurar um currículo mais aberto às diferenças culturais (FERREIRA, GABRIEL e MONTEIRO: 2012, p. 3)

O terceiro sentido está relacionado à concepção que entende o currículo apenas como o lugar da prática, ou seja, totalmente esvaziado de teoria. O currículo é visto nessa perspectiva como um lugar de aplicação de conhecimento produzido em outras áreas. “Essas pesquisas tendem a escolher como objeto de investigação o uso de materiais didáticos ou a elaboração e testagem de novas metodologias nos processos de ensino-aprendizagem, para dar alguns exemplos” (*Ibidem*, p. 4).

Nosso objetivo será perceber se nos artigos selecionados da XXVI ANPUH e do IX ENPEH essas concepções hegemônicas sobre o currículo foram reforçadas ou os autores buscaram novas articulações teóricas para pensar a interface currículo e Ensino de História.

Diálogos entre Currículo e “Ensino de” História: XXVI ANPUH

Considerando os critérios de seleção definidos por nós, foram obtidos seis textos que serão aqui analisados. A ordem de apresentação e análise segue o padrão de publicação desses textos nos Anais eletrônicos da ANPUH, ou seja, ordem alfabética dos autores.

O primeiro texto é o de Ana Maria Monteiro, intitulado “Tempo presente no ensino de história: mediações culturais no currículo”. O tema desse trabalho é o Tempo Presente no Ensino de História. A autora destaca que esse título corresponde a um projeto de pesquisa que tem por objetivo investigar as atribuições de sentido ao ensinado, tanto pelos docentes como pelos alunos.

Embora o currículo não seja objeto principal de análise nesse texto, a autora trabalha com a questão da configuração cultural e da recontextualização de saberes no espaço escolar, reconhecendo, portanto, a escola como instituição produtora de conhecimento e não apenas com a função social de ensinar exclusivamente algo que lhe é externamente produzido.

Ao mobilizar estudos culturais em seu projeto de pesquisa, a autora tende a se afastar

de concepções essencialistas de escola, de aluno, de docente e também de currículo, se aproximando do pós-estruturalismo que defende que a linguagem não representa a realidade, mas a constitui. No texto apresentado na ANPUH, Monteiro não utiliza autores do campo do Currículo, privilegiando pensadores da área da Teoria da História, como BLOCH, CERTEAU, HARTOG, REIS e RICOEUR, e dos estudos culturais, entre os quais, HALL.

Na apropriação do conceito de Certeau (1982) de lugar social, defendemos que o lugar de fala também compreende a formação do sujeito, uma vez que esta formação constitui-se como marca identitária. Dessa forma, informamos que Ana Maria Monteiro é graduada e mestre em História e doutora em Educação, sendo atualmente pesquisadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino de História (LEPEH/UFRJ), do Núcleo de Estudos de Currículo da Faculdade de Educação (NEC/UFRJ) e do grupo Oficinas da História.

O segundo texto é “Concepção de história e ensino na proposta de reorientação curricular de Goiás, mudança ou permanência”, de Márcia Aparecida Vieira Andrade. Este trabalho tem como tema central o Ensino de História na reforma curricular de Goiás ocorrida entre os anos de 2003 e 2006.

A autora valoriza o currículo como um documento que representa a seleção e organização do que vale a pena ensinar, que possui um caráter político, e que congrega concepções de mundo e de sujeitos que se quer formar para o mundo, não sendo, portanto, neutro, mas formador de identidades. Andrade recorre à distinção entre currículo oficial (ou prescrito) e currículo oculto (ou vivido, ou real). Enquanto este seria o desenvolvido no espaço escolar, na sala de aula, considerando aspectos específicos do cotidiano, aquele seria o produzido pelo Estado.

A apresentação do lugar social da autora ajuda a compreender a opção política da sua concepção de currículo, pois a mesma foi membro participante do processo de reorientação curricular em Goiás. Atualmente é professora formadora P-IV - Secretaria de Estado da Educação, além de ser graduada e mestre em História. Ao participar do processo de construção de um documento curricular oficial como integrante da equipe do estado, é pertinente que Andrade conceba as distinções entre os currículos e, em seu texto, procure legitimar o documento do qual fez parte da elaboração. Ela afirma que “o currículo proposto pela Reorientação Curricular do Estado de Goiás buscou um diálogo intenso com a rede (professores, coordenadores, diretores, subsecretarias e alunos) fazendo deste uma produção coletiva com múltiplos olhares e leituras sobre o processo de ensino-aprendizagem de história” (ANDRADE, 2011, p. 5). A autora enfatiza ainda o prescrito ao afirmar que “é

necessário intervir, propor novas diretrizes curriculares, capacitar os educadores para que possam colocar estes novos caminhos a disposição de seus alunos” (ANDRADE, 2011, p.25).

Ao separar concepção e implementação e enfatizar o prescrito, o sentido de currículo presente no texto se alinha com as abordagens científicas do currículo que o concebem como aparato de controle social. A importância da escola para o desenvolvimento econômico do país e o destaque que a ela é dado como espaço de socialização de sujeitos, reforçam a crença nesta instituição como instrumento de controle social (LOPES e MACEDO, 2011).

Quando ANDRADE aponta o currículo como orientação institucional que deve nortear o processo de ensino-aprendizagem de acordo com as convicções de quem o constrói (p. 2), torna-se fácil perceber o viés estruturalista de sua análise e sua concepção verticalizada das políticas curriculares. Defendemos que os documentos curriculares são “produções híbridas, cujas tentativas de fixação de sentidos também são contingentes e passam pela negociação obrigatória com dimensões além de seu contexto específico” (LOPES, 2011, p.45).

A construção da sua concepção de currículo está ancorada em autores como FORQUIN, APPLE e SILVA. Em relação ao Ensino de História, Andrade utiliza em seu texto autores que pesquisam sobre o conhecimento histórico escolar, como FONSECA e BITTENCOURT.

O próximo texto a ser analisado é de autoria de Maria Aparecida da Silva Cabral, intitulado “As disputas sociais em torno do que ensinar. Análise do currículo das séries iniciais do ensino fundamental e o ensino de história”. Neste texto, o tema central é o Ensino de História nas séries iniciais. CABRAL é graduada em História, e mestre e doutora em Educação. É também Professora Adjunta da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, pesquisadora do grupo de pesquisa Niphei da FFP- UERJ e integrante da Coordenação do GT do Ensino de História e Educação Seção Regional Rio de Janeiro.

CABRAL se ancora em SACRISTÁN para delimitar sua concepção de currículo, visto por ela como um documento da cultura escolar que contempla a seleção do que deve ser ensinado. Esta seleção é feita na sala de aula e fora dela pelo professor a partir da definição da função social da escola no contexto histórico de produção, dos pressupostos legais, e das demandas dos alunos (seus conhecimentos prévios e seu cotidiano). Na visão dela, este documento articula todas as práticas educativas.

O texto de CABRAL se propõe a investigar as ressignificações feitas no contexto específico da sala de aula, por professoras das séries iniciais, das propostas curriculares oficiais para o Ensino de História. Além de autores do campo do Currículo, CABRAL dialoga também

com BITTENCOURT e FONSECA que, como já mencionamos, atuam em pesquisas sobre o conhecimento histórico específico para o espaço escolar.

A autora advoga que o processo de resignificação é uma seleção cultural feita pelo professor, contudo, esta seleção não é feita num vazio teórico-epistemológico, mas diversos fatores influenciam neste processo, como por exemplo, a função social atribuída à escola. Nesse sentido, CABRAL (2011, p. 2) afirma, de acordo com GOODSON, que o currículo é “uma construção social decorrente de intensos conflitos e negociações”.

Ao conceber o currículo como uma construção social marcada por tensões que envolvem disputas culturais, CABRAL atribui ao currículo um sentido discursivo, aproximando-se, portanto, de uma abordagem pós-estruturalista. Em LOPES e MACEDO (2011), as autoras nos ajudam a analisar este sentido de currículo.

Isso significa que ele é uma prática de poder, mas também uma prática de significação, de atribuição de sentidos. Ele constrói a realidade, nos governa, constrange nosso comportamento, projeta nossa identidade, tudo isso produzindo sentidos. Trata-se, portanto, de um discurso produzido na interseção entre diferentes discursos oficiais e culturais que, ao mesmo tempo, reitera sentidos postos por tais discursos e os recria. Claro que, como essa recriação está envolta em relações de poder, na interseção em que ela se torna possível, nem tudo pode ser dito (p.41).

O título do próximo trabalho a ser analisado, de autoria de Paulo Eduardo Dias de Mello, é “Um currículo num campo de tensões: a proposta curricular de história para o 2º grau da CENP SP”. Como o próprio título sugere, o foco do trabalho é uma política curricular específica para a disciplina escolar História para o 2º grau (atual Ensino Médio) do estado de São Paulo.

Em seu texto, MELLO faz a distinção entre currículo formal (ou prescrito) e currículo vivido e defende a centralidade do Estado na produção de um currículo oficial que legitime os conteúdos a serem ensinados, mas faz a ressalva de que este documento é interpretado, resignificado e modificado nos contextos escolares. Ele afirma ainda que todo processo de elaboração e implementação curricular é permeado de tensões, disputas, acordos e rupturas (p. 2).

Nesse sentido, o autor parece transitar entre as teorias crítica e pós-estruturalista para construir o arcabouço teórico-metodológico de sua pesquisa, pois ao mesmo tempo em que faz distinções entre currículos formal e vivido, elaboração e implementação curricular, que são

típicas da análise estrutural, assim como a defesa da centralidade do estado na formulação de políticas curriculares, o autor sinaliza para a existência de ressignificações existentes no espaço escolar, como podemos observar no seguinte trecho:

(...) os currículos oficiais possuem a particularidade de se constituírem, independente das intencionalidades expressas por seus elaboradores, em falas institucionais localizadas no interior do poder estatal. Por esta mesma razão seu texto adquire um caráter normativo, oficial, e formal, indicando estratégias de legitimação e imposição de uma forma de conhecimento escolar. (...) o currículo formal não tem a força absoluta de imposição de suas prescrições, às quais a escola e os professores se curvavam sem resistência. Os currículos em sua elaboração e implementação portam processos informais e interacionais nos quais aquilo que é legislado, é interpretado, subvertido e transformado (MELLO, 2011, pp. 1-2).

Retomando a questão da produção de políticas curriculares e as recontextualizações no momento da prática, defendemos que são as decisões políticas que constituem os sujeitos dessa ação, de maneira que consideramos tanto as limitações das estruturas discursivas como as possibilidades de ação do sujeito no sentido de desestruturar o que se encontra estabelecido hegemonicamente (LOPES e MATHEUS, 2011).

Embora não faça o uso recorrente de citações de autores do campo do Currículo, MELLO cita-os como importantes teóricos do campo da História do Currículo e História das disciplinas escolares, com destaque para BITTENCOURT, CHERVEL, FONSECA, FORQUIN, GOODSON, MOREIRA, SILVA e MARTINS.

Paulo é graduado em História e em Pedagogia, mestre e doutor em Educação, atuando como Professor Substituto na Universidade de São Paulo (USP), onde leciona a disciplina "Metodologia do Ensino de História I".

Roper Pires de Carvalho Filho é o autor do texto "Ensino de História - Políticas Curriculares, Saberes e Práticas Docentes" que também foi selecionado para análise neste trabalho. O tema trazido por CARVALHO FILHO é a articulação entre saberes docentes e políticas curriculares no Ensino de História.

Logo no início do seu texto, o autor deixa claro com que concepção de currículo ele trabalha. Ele utiliza uma definição de SILVA que afirma que o currículo é um artefato cultural que engloba desde seus aspectos explícitos aos aspectos menos visíveis nos processos de escolarização, que não fazem parte do aparato oficial, mas contribuem de modo implícito para a

realização de aprendizagens sociais significativas. O autor também se ancora em GOODSON para sustentar sua concepção de currículo como artefato cultural, destacando as relações de poder que ocorrem no processo entre produção oficial de currículo e sua aplicação nas escolas, mostrando que este processo não é pacífico.

Embora o autor reconheça a importância da incorporação dos estudos culturais nas análises sobre o currículo, que o percebem enquanto uma prática discursiva e de enunciação, ele ressalta os limites dessa proposta destacando a impossibilidade de se afastar das abordagens críticas que assinalam as relações assimétricas de poder na elaboração do currículo. Dessa forma, o autor prioriza em seu texto a força das estruturas econômica e social nas disputas políticas em torno da construção do currículo escolar como podemos observar no trecho a seguir:

A compreensão de que o currículo é um território marcado pelas disputas em torno do direito de dizer o que é socialmente importante como discurso educacional, e de que o Estado por meio da formulação de políticas públicas para a educação busca se apropriar do discurso curricular, cuja gestão se dá por um lado, mediante a mobilização do seu aparato burocrático, e por outro lado, pelos próprios profissionais do ensino, pode permitir uma análise em retrospectiva das lutas travadas pelas classes e grupos em desvantagem econômica e social em torno da sua representação no currículo escolar (CARVALHO FILHO, 2011, p. 4).

O autor, em seu texto, faz outros deslizamentos entre as teorias críticas e pós-estruturais, quando afirma que professores e alunos participam da recontextualização das políticas educacionais / curriculares (p. 14). CARVALHO FILHO trabalha com autores do campo do Currículo como GOODSON, HAMILTON, LOPES e SILVA, e autores que incorporam discussões do campo do Currículo com o Ensino de História, entre os quais, BITTENCOURT, FONSECA e MONTEIRO. Roper é graduado em História e em Pedagogia, mestre em Educação e doutorando nesta mesma área.

O último texto da ANPUH – 2011 a ser aqui analisado é “A escrita escolar da História da África e dos afro-brasileiros: as diretrizes curriculares e sentidos de “negro”, de autoria de Warley da Costa. O tema central do trabalho são os sentidos de “negro” nas Diretrizes Curriculares para o Ensino de História. Dessa forma, a autora trabalha com uma temática presente no currículo da disciplina escolar História articulada a uma política curricular específica: as Diretrizes Curriculares.

COSTA entende que o documento curricular é produzido politicamente pelo viés do

discurso, que entende as políticas de currículo como espaço de disputas discursivas por hegemonia em torno do processo de significação que gera construções de significantes provisórios. Na construção de seu arcabouço teórico-metodológico, COSTA trabalha com autoras do campo do Currículo (GABRIEL, LOPES e MACEDO) que têm privilegiado a Teoria do Discurso (LACLAU E MOUFFE) em suas análises.

Dessa forma, seu texto assume uma perspectiva não essencialista e pós-estrutural. A autora defende que os sentidos de “negro” que circulam nas Diretrizes Curriculares permitem problematizar como as marcas discursivas das lutas hegemônicas travadas em torno do processo de significação mobilizam e recontextualizam diferentes matrizes historiográficas nos currículos de História.

Destacando o lugar social dessa produção, Warley da Costa é graduada em História, mestre e doutora em Educação. É atualmente Professora Assistente de Didática Especial e Prática de Ensino de História da Faculdade de Educação da UFRJ.

Diálogos entre Currículo e “Ensino de” História: IX ENPEH

Nesta seção vamos analisar os artigos selecionados no GT 6: Currículo e Práticas Escolares do IX Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História ocorrido entre 18 e 20 de abril de 2011 em Florianópolis, Santa Catarina.

O ENPEH, que se realiza no Brasil desde 1993, firmou-se como um local de discussão sobre os fundamentos teóricos e metodológicos das pesquisas realizadas sobre Ensino de História. Selecionamos, segundo os critérios previamente citados, cinco trabalhos que serão analisados para que possamos compreender o diálogo estabelecido por esses autores entre as áreas do Currículo e do Ensino de História.

O primeiro artigo selecionado do GT 6 é da autora Alessandra Nicodemos intitulado “A construção da prática docente no processo de execução, construção e resignificação do currículo escolar no ensino da história na educação de jovens e adultos”.

A autora tem como objeto de investigação o campo do currículo buscando compreender os processos de afirmação, negação, resistência das imposições curriculares realizados por professores de História no âmbito EJA no Município do Rio de Janeiro. Alessandra Nicodemos é Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) formou-se na graduação (Licenciatura e Bacharelado) em História pela Universidade Federal Fluminense (1996), fazendo ainda Mestrado e Doutorado em Educação pela mesma instituição. É

coordenadora do Curso de Especialização Saberes e Práticas na Educação Básica, ênfase Educação de Jovens e Adultos (CESPEB-EJA-UFRJ). Tem experiência na área de Ensino de História, com ênfase na Educação de Jovens e Adultos.

Este artigo é parte de um projeto de pesquisa “A construção da prática docente no processo de execução, construção e ressignificação do currículo escolar no ensino da história na educação de jovens e adultos” que analisa os aspectos centrais da construção da prática docente em História, no âmbito EJA (NICODEMOS, 2011, p. 1).

Ao buscar uma aproximação com teóricos da área do currículo, com colaborações críticas e pós-críticas, a autora considera o currículo como um campo contestado e de disputas em torno do que ensinar, como ensinar, para que ensinar e para quem ensinar (NICODEMOS, 2011, p. 4) rompendo uma visão reducionista do currículo como uma simples transmissão de conteúdos selecionados. Assim, rompe-se uma visão que entende a escola apenas como espaço sociocultural de reprodução para passar a ser vista como um local de trocas culturais, diálogo de diferenças e produção de conhecimento.

Observamos que a autora entende o currículo como um campo de reelaboração na prática. Do ponto de vista de seus referenciais teóricos, Alessandra Nicodemos dialoga com autores como MACEDO e SILVA, da área da didática com CANDAU e do ensino de história com BITTENCOURT e MONTEIRO.

Em seguida, analisamos o artigo do autor Benjamin Xavier de Paula que trata das dificuldades de implementação da Lei Federal 10.639/ 2003 referente a História da África e cultura Afro-Brasileira. Benjamin Xavier possui graduação em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000), mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo (2005) e cursa Doutorado em Educação na Universidade Federal de Uberlândia. Atualmente é professor do Ensino Superior na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucurí.

Na primeira parte de seu artigo “A lei federal 10.639 2003 e a implementação de políticas públicas e ações afirmativas para negros e afro-descendentes” o autor busca contextualizar historicamente as questões que levaram a formulação da Lei Federal 10.639/2003 e as Leis correlatas de 2003 e 2004. Dessa forma, a lei surge como fruto das pressões políticas e reivindicações do movimento negro com o objetivo de romper a histórica discriminação existente no Brasil, procurando resgatar de forma positiva a história e a cultura negra.

Contudo, a implementação dessa lei não significa simplesmente inserir conteúdos ao

currículo, é necessário repensar toda a estrutura do atual currículo escolar fundado em uma única vertente de seleção, a europeia, de forma que esta ressignificação possibilite a grupos excluídos a sua inserção de forma plena no meio escolar (PAULA, 2011, p. 3).

Do ponto de vista de sua relação com o campo do currículo, não é apresentado nenhum teórico da área, mas através de seu artigo percebemos que o autor entende o currículo como um campo de tensões de projetos políticos que buscam sua efetivação e afirmação na escola. Assim, a inserção da Lei 10.639 é vista como resultado de lutas e reivindicações do movimento negro.

Em nossa análise observamos que a problemática central do artigo está em atestar a não aplicação da lei na prática escolar. Consideramos, nessa perspectiva, que o autor trabalha com uma dicotomia entre currículo como fato e como prática (YOUNG e WHITTY, 1977); prescrito, apresentado, moldado, em ação e realizado (GIMENO SACRISTÁN, 1988); pré-ativo e ativo (GOODSON, 1995 *apud* MACEDO, 2006, p. 100).

O terceiro artigo selecionado no GT 6 da ENPEH é o “Currículo e saber histórico escolar: o ensino de História pátria nos programas do Estado de Santa Catarina no início do século XX” da pesquisadora Luciana Rossato. Compreendendo o currículo como um produto histórico, fruto das tensões e conflitos de seu tempo, a autora questiona quais conhecimentos de História pátria eram considerados válidos a serem ensinados aos alunos naquele momento. Além disso, de que forma, estes conhecimentos contribuíam para a formação de uma memória coletiva, preocupada com a constituição de uma identidade nacional em uma perspectiva nacionalista e patriótica.

Luciana Rossato é formada em História pela Universidade Federal de Santa Maria (1992), Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999) e Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2005). Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. Pesquisadora do LEH - Laboratório de Ensino de História/UDESC e vinculada ao Grupo de Pesquisa Ensino de História, memórias e cultura. Coordenadora do programa PIBIB/CAPES de História na UDESC.

A autora inicia seu artigo com uma pergunta de partida: “Quais conhecimentos históricos foram selecionados para serem difundidos nas instituições escolares mantidas no Estado de Santa Catarina durante a primeira metade do século XX?” (ROSSATO, 2011, p.1) Nesse sentido, ao problematizar o fato de que os conhecimentos históricos ensinados na escola são frutos de uma escolha, uma seleção, ROSSATO já apresenta alguns pressupostos

teóricos de sua abordagem sobre o currículo, marcadamente em uma perspectiva crítica, entendendo o currículo como uma produção social.

Dialogando com autores da área do currículo como GOODSON (1995), NÓVOA (1997) e SILVA (1995) a autora adota uma análise sociológica do conhecimento, entendendo o currículo não como algo estático e imparcial, mas como produto do tempo histórico e que é produzido como resultado de conflitos, escolhas e acordos:

O que ensinar e como ensinar muda de acordo com os interesses e as disputas de poderes de cada contexto histórico, envolve selecionar valores, habilidades e saberes como mais significativos e importantes para serem reproduzidos para as crianças e os jovens entre uma gama variada e ilimitada de conhecimentos produzidos na sociedade (ROSSATO, 2011, p. 4).

Em outra vertente, dialogando com autores da área da História, entre elas BITTENCOURT, a autora procura entender os objetivos na escolha dos conteúdos a serem ensinados nas escolas nas primeiras décadas do século XX.

O outro artigo selecionado em nossos critérios é da autora Melina Lima Pinotti, graduada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus de Nova Andradina. A autora, que atualmente leciona História e Filosofia em escolas da rede estadual e privada, também pesquisa a diversidade cultural no Ensino de História a partir de análise no livro didático.

A temática de seu artigo consiste na análise das recentes políticas curriculares para o Ensino de História no Mato Grosso do Sul e de que forma vem sendo proposta nessas reformas a reformulação do Ensino de História, que passaria a valorizar o papel do aluno como sujeito histórico e temporal. Entretanto, atesta-se que realidade do Ensino de História nas escolas do Vale do Ivinhema ainda é marcada por um ensino tradicional, ligado ao livro didático, baseado na história factual e narrativa longe das perspectivas propostas nas reformas curriculares.

O artigo é resultado do projeto pesquisa de extensão “Panorama da História a ser ensinada em Mato Grosso do Sul” que tem o objetivo de recolher e analisar as propostas curriculares estabelecendo um diálogo escola-universidade. Para a autora, a “pesquisa tem possibilitado perceber mudanças ocorridas no Ensino de História em busca de se adequar o ‘ensino do passado’ em uma sociedade dinâmica, onde as coisas mudam numa velocidade impressionante” (PINOTTI, 2011, p. 2) Nesse sentido, ela inicia como uma pergunta: “como propiciar um conhecimento que faça sentido para o aluno ao estudar o passado?” (PINOTTI,

2011, p. 2).

Sobre o diálogo estabelecido com a área do currículo nenhum teórico é apresentado no seu trabalho embasando-se em autoras reconhecidas da área do Ensino de História como BITTENCOURT e ABUD. Durante o artigo, é ressaltado o paradoxo existente entre as propostas de reformulação do Ensino de História e a realidade do ensino-aprendizado nas escolas do Vale do Ivinhema, operando, assim, com uma dicotomia entre teoria e prática, currículo pré-ativo e ativo (GOODSON, 1995).

O último trabalho selecionado no GT-6 da IX ENPEH foi o de Patrícia Bastos Azevedo que trata sobre articulação dos campos teóricos Currículo e Linguagem. A autora, que atualmente é professora Adjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, possui graduação em Pedagogia (1995), graduação em História (1998) e mestrado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2003), doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2011).

O objetivo de seu artigo é conjugar dois campos discursivos, currículo e linguagem, para compreender a história ensinada. Utilizando como referencial teórico central as teorias da linguagem do círculo de Bakhtin, o currículo para a autora é entendido como signo ideológico que se constitui em seu tempo-espaço (AZEVEDO, 2011, p.1) em uma composição híbrida, complexa e polissêmica (AZEVEDO, 2011, p.2)

No início do artigo, ela alerta que ter a prática como foco não significa adotar uma visão dicotômica, que apenas valorize a prática de sala de aula. A intenção seria compreender a relação entre teoria e prática. Segundo a autora:

Ter a prática como centro e foco de nosso olhar não significa operar com a dicotomia currículo prescrito – os documentos produzidos – e o vivido – o currículo praticado nos espaços escolares e em sala de aula. Compreendemos que tanto o espaço do fazer como os das deliberações curriculares são campos enunciativos híbridos, polissêmicos, complexos e multifacetados, que se constituem em um ir e vir constante de lutas, legitimações e significação social. (AZEVEDO, 2011, p. 3)

Nesse sentido, defende a proposta de MOREIRA (2005) que ao denunciar a crise da teoria curricular crítica propõe a importância nas pesquisas educacionais da “centralidade da prática”, assim como da interface das teorias críticas do currículo com outras contribuições teóricas. Assim, buscam-se articulações com a teoria da linguagem através do círculo de Bakhtin

para analisar a história ensinada.

A autora apresenta uma vasta gama de autores da área de currículo, estabelecendo um diálogo fecundo com autores como MOREIRA, MACEDO. Da área do Ensino de História o diálogo é com MONTEIRO e GABRIEL, assim como autores da Teoria da História, entre eles, GINZBURG e RÜSEN.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os textos selecionados do XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH – 2011) mobilizaram sentidos diversos de currículo. Mesmo aqueles que trabalham com o sentido de currículo atrelado a uma estrutura, destacam a importância da incorporação dos estudos culturais neste campo, que percebem o currículo como espaço onde são travadas lutas por hegemonização de propostas particulares de significação de escola, de docência, de conhecimento, de aluno. As disputas travadas promovem vencedores contingenciais, uma vez que todo fechamento é provisório (FERREIRA, GABRIEL e MONTEIRO, 2012).

Percebemos também que as produções que intencionam marcar posição na interface entre currículo e Ensino de História são majoritariamente da área da Educação. São dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Educação que saem a maioria das produções acadêmicas que buscam articular o Ensino de História com o currículo. Sublinhamos, porém, que todos os autores analisados possuem formação inicial em História, e apenas uma autora não fala a partir da área da Educação.

Quanto às temáticas, pudemos perceber que diversas temáticas foram mobilizadas, não permitindo a observação de uma tendência temática nos estudos que relacionem as áreas aqui privilegiadas.

Da mesma forma, os artigos selecionados no GT 6: Currículo e Práticas Escolares do IX Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História apresentam como foco das pesquisas temáticas diversas que envolvem a Educação de Jovens e Adultos, a implantação da Lei 10.639/2003, a história da disciplina escolar, propostas curriculares e a História ensinada. Do ponto de vista do lugar social dessas produções, observamos que a grande maioria é proveniente dos programas de mestrado e doutorado em Educação.

Notamos que, na maioria dos artigos, os sentidos de currículo mobilizados pelos autores em suas pesquisas sobre o Ensino de História ainda adotam fixações hegemônicas de currículo como afirmam as autoras FERREIRA, GABRIEL e MONTEIRO (2012). Entretanto, outros

artigos apresentam outras possibilidades, com um diálogo profícuo, por exemplo, com áreas como a linguagem e a cultura.

REFERÊNCIAS

CERTEAU, M. A Operação Historiográfica. *In*: CERTEAU, M. A escrita da História. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História (9^o.: 2011: Florianópolis, SC). Anais do... / IX Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História; de 18 a 20 de abril de 2011, UFSC -- Florianópolis, SC: UFSC, 2011.

FERREIRA, M. S.; GABRIEL, C. T. & MONTEIRO, A. Sentidos de currículo e 'ensino de' Biologia e História: deslocando fronteiras. *In*: XXX Reunião Anual da ANPEd.

LOPES, A. C. Políticas de Currículo: questões teórico-metodológicas. *In*: LOPES, A. C., DIAS, R. E., ABREU, R. G. (orgs.). Discursos nas Políticas de Currículo. FAPERJ, Rio de Janeiro: Quartet, 2011.

_____ ; MACEDO, E. Teorias de Currículo. São Paulo: Cortez, 2011.

_____ ; MATHEUS, D. S. Política de Currículo na escola: sentidos de democracia. *In*: LOPES, A. C., DIAS, R. E., ABREU, R. G. (orgs.). Discursos nas Políticas de Currículo. FAPERJ, Rio de Janeiro: Quartet, 2011.

MACEDO, E. Currículo: política, cultura e poder. **Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 2, jul/dez 2006, pp. 98-113.

Simpósio Nacional de História (26^o.: 2011: São Paulo, SP). Anais do... / XXVI Simpósio Nacional de História/ANPUH; de 17 a 22 de julho de 2011, USP -- São Paulo, SP: USP, 2011.